

ACM: Mello foi demagogo ao criticar privilégios

Presidente do Senado diz que o do Supremo o procurou para defender manutenção da aposentadoria especial de juízes

Rudolfo Lago

BRASÍLIA. O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), tratou como demagogia as críticas que o presidente do Supremo Tribunal Federal, Celso de Mello, fez à aprovação, na quarta-feira, da emenda que mantém privilégios para as aposentadorias dos magistrados. De acordo com Antônio Carlos, Mello trabalhou para a manutenção do privilégio.

Segundo o presidente do Senado, no dia 16, por volta das 20h, Mello esteve em seu gabinete para defender a aprovação da medida, em nome do colegiado de ministros do Poder Judiciário e da Associação Nacional de Magistrados (ANM).

— Estranho muito essa reação de Celso de Mello, porque não é verdadeiro que ele sempre se bateu contra a medida — disse Antônio Carlos.

Mello disse que agia como representante da categoria

De acordo com o senador, Mello disse que, pessoalmente, ele e o ministro Marco Aurélio Mello eram contrários ao privilégio. Mas, como representante da categoria, estava ali para pedir pela medida. Sabedor de que Antônio Carlos também era contrário à aposentadoria especial para os juízes, Mello lhe pedia para ser, pelo menos, isento no momento da votação.

— A isenção é minha obrigação, respondi a ele. E ele perguntou-me se poderia levar aquela posição aos ministros e magistrados que estavam reunidos aguardando uma resposta — contou o presidente do Senado.

Para Antônio Carlos, por tudo isso, Mello não tem agora condições de se voltar contra a decisão do Senado.

— Ele não está sendo correto. Foi muito infeliz — resumiu.

Antônio Carlos disse que, embora também seja contra o privilégio, respeita a decisão da maioria dos senadores. Sobre os privilégios dados aos parlamentares, reagiu.

— Ao contrário, estamos acabando com privilégios, porque extinguiremos o IPC — afirmou.

De acordo com o presidente do

Senado, o Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC) morrerá na quarta-feira. Já foi designado como relator para a emenda que extinguirá o instituto o senador Beni Veras (PSDB-CE), também relator da reforma da Previdência.

Mas o IPC não vai morrer facilmente. Alguns senadores, entre

eles o líder do Governo no Senado, Elcio Álvares (PFL-ES), reagiam ontem à possibilidade de perder a aposentadoria especial, com apenas oito anos de mandato, que o IPC hoje concede.

— Deixei uma banca de advocacia para me dedicar ao Congresso e à vida pública — reclamava Elcio para um grupo de co-

legas ontem na Comissão de Economia do Senado.

Para Antônio Carlos, porém, a extinção do IPC já é fato consumado.

— Aliás, ontem (quarta-feira) já comuniquei isso aos senadores da Mesa do Senado enquanto presidida a votação da reforma da Previdência — emendou.

Para o presidente do Senado, o privilégio concedido aos juízes, embora seja um erro, não chega a comprometer a reforma da Previdência.

— Fizemos a reforma possível — disse.

Antônio Carlos considera, no entanto, que daqui a no máximo cinco anos será necessária uma nova reforma, mais ampla e profunda, para corrigir as distorções que não puderam ser corrigidas agora.

Mesmo afirmando já ter tido problemas por agir assim, o senador não resistiu a criticar decisão tomada pela Câmara: a absolvição do deputado Chicão Brígido (PMDB-AC), que admitiu ter embolsado parte do dinheiro que recebe para contratar funcionários e manter as demais despesas do gabinete.

— Já tive problemas com o presidente da outra Casa por causa de erros sérios que ele cometeu. Não posso censurar a outra Casa. Mas não vou deixar de dizer que essa foi uma decisão política infeliz — afirmou.

Fernando Henrique concorda com o presidente do STF

O presidente Fernando Henrique Cardoso, porém, parece ter entrado no conflito para reforçar as críticas do presidente do STF. Segundo o porta-voz da Presidência, Sérgio Amaral, Fernando Henrique é contra todo tipo de privilégio e tem uma posição coincidente com a do presidente do Supremo.

— A orientação de princípio do presidente sempre foi contra privilégios. Sua posição coincide com a do ministro Celso de Mello — disse o porta-voz.

Amaral fez apenas um comentário sobre os privilégios mantidos também para as aposentadorias dos parlamentares.

— Esse assunto ainda será objeto de uma lei — justificou. ■